



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 8.355

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.920.2003-69-TCE (C/ 02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre – DERACRE, exercício de 2001.
RESPONSÁVEIS: Senhores **Sérgio Yoshio Nakamura** e **Francisco Anastácio Cesário Braga**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre – DERACRE. Falhas elencadas do item “a” ao item “v” deste julgado. Irregularidade. Devolução de valores. Multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre – DERACRE, exercício orçamentário e financeiro de 2001, de responsabilidade à época dos Senhores **Sérgio Yoshio Nakamura** e **Francisco Anastácio Cesário Braga** – Diretor Geral e Diretor Administrativo respectivamente, com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “b”, da LCE nº 38/93, em razão de: **a)** intempestividade do ingresso da matéria no âmbito desta Corte de Contas (fl. 140); **b)** ausência da relação de dirigentes da autarquia, no período de 01-01 a 10-04-2001 (fl. 144); **c)** ausência do relatório de atividades “mencionando as atividades desenvolvidas, em relação ao plano de trabalho programado, com as justificativas pertinentes” (fl. 144); **d)** ausência de identificação de quais foram os serviços prestados pela autarquia que originaram a receita de R\$ 22.027,96 (vinte e dois mil, vinte e sete reais e noventa e seis centavos), lançada no “Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada” (Anexo 10, fl. 15) sob o título de “Outras Receitas de Serviços (fl. 146); **e)** ausência da relação de obras feitas no exercício (fl. 148); **f)** despesas com pessoal e encargos da autarquia, integralmente custeadas pela Secretaria de Estado de Administração (fl. 149); **g)** divergência entre as disponibilidades financeiras recebidas do exercício anterior (R\$ 7.361.897,63 – sete milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos) e o saldo financeiro transferido para o exercício seguinte (R\$ 5.662.919,53 – cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), quando comparados o “Balanço Financeiro” do presente exercício (fl. 31) com o “Balanço Financeiro” do exercício anterior, respectivamente (fl. 150); **h)** ausência de demonstrativo analítico das contas de consignações, restos a pagar e valores em trânsito (fl. 150);

i) divergência entre o valor das disponibilidades financeiras relativas a convênios registrados no “Balanço Patrimonial” de fl. 32 (R\$ 2.131.196,39 – dois milhões, cento e trinta e um mil, cento e noventa e seis reais e trinta e nove centavos), quando comparado com as conciliações bancárias de fls. 49/134 (R\$ 2.611.840,22 – dois milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e quarenta reais e



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

vinte e dois centavos, fl. 158); **j**) divergência no valor dos “Bens Móveis” da autarquia, quando comparados o “Balanço Patrimonial” do exercício de 2000 (R\$ 3.951.874,48 – três milhões,

(A C Ó R D ã O Nº 8.355 – FL. 02)

noventa e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), com o “Balanço Patrimonial Comparativo” de fl. 33 (R\$ 3.005.700,08 – três milhões, cinco mil, setecentos reais e oito centavos); **k**) divergência no valor do “Passivo Financeiro” da entidade, no exercício de 2000, quando comparados o “Balanço Patrimonial” do exercício anterior (R\$ 5.058.111,02 – cinco milhões, cinquenta e oito mil, cento e onze reais e dois centavos), com o “Balanço Patrimonial Comparativo” de fl. 33 (R\$ 6.757.089,12 – seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, oitenta e nove reais e doze centavos); **l**) divergência no valor dos “Restos a Pagar” do exercício, quando comparados o “Balanço Patrimonial Comparativo” de fl. 33 (R\$ 333.658,20 – trezentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), com a “Relação de Empenhos a Pagar” de fls. 36/41 (R\$ 324.350,41 – trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos); **m**) ausência de contabilização da conta “Depreciação” no “Passivo Permanente” do “Balanço Patrimonial Comparativo” de fl. 33 (fl. 154); **n**) ausência de justificativa quanto ao valor de R\$ 74.899.512,65 (setenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e doze reais e sessenta e cinco centavos), fl. 154, registrado na conta “Contrapartida-Valores de Terceiros” do “Passivo Compensado” do “Balanço Patrimonial” de fl. 32; **o**) divergência no valor do “Passivo Compensado” da entidade, no exercício de 2000, quando comparados o “Balanço Patrimonial” do exercício anterior (R\$ 22.405.945,56 – vinte e dois milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), com o “Balanço Patrimonial Comparativo” de fl. 33 (R\$ 33.756.951,76 – trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos); **p**) ausência de justificativa quanto à composição do valor de R\$ 78.733.793,83 (setenta e oito milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), fl. 157, registrado na conta “Diversos-Financeiro” da conta “Independentes da Execução Orçamentária” do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” de fl. 34; **q**) divergência de R\$ 91.490.49 (noventa e um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos) entre as disponibilidades financeiras transferidas para o exercício seguinte quando comparados o “Balanço Financeiro” de fl. 31 (R\$ 2.703.330,71 – dois milhões, setecentos e três mil, trezentos e trinta reais e setenta e um centavos); **r**) ausência do demonstrativo da remuneração mensal dos dirigentes, especificando honorários, “gratificações, 13º salário e demais vantagens pagas sob qualquer título” (fl. 159); **s**) ausência de critério na estimativa da receita, cuja execução suplantou a previsão inicial em quase cinco vezes; **t**) divergência no valor total dos restos a pagar, quando comparados o valor apresentado pela defesa (R\$ 324.470,31 – trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

um centavos) e o escriturado no Balanço Patrimonial de fl. 32 (R\$ 333.658,20 – trezentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos); **u)** a soma do valor dos Bens Móveis inventariados pela defesa (R\$ 4.201.972,23 - quatro milhões, duzentos e um mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos) divergir do que foi

(A C Ó R D ã O Nº 8.355 – FL. 03)

escriturado no Balanço Patrimonial de fl. 32 (R\$ 3.472.920,83 – três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte reais e oitenta e três centavos); e **v)** o valor total dos bens inventariados pela defesa (R\$ 5.051.972,23 - cinco milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos) divergir do total do Ativo Permanente (R\$ 4.322.920,83 - quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e oitenta e três centavos) escriturado no Balanço Patrimonial de fl. 32; **2) condenar** os Senhores **Sérgio Yoshio Nakamura** e **Francisco Anastácio Cesário Braga** a **devolverem** aos **cofres** da **autarquia**, solidariamente, a quantia de **R\$ 91.490,49** (noventa e um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), **corrigida monetariamente** e **acrescida de juros legais**, até a data do efetivo pagamento, por se tratar de disponibilidades financeiras transferidas para o exercício seguinte, sem comprovação por meio dos extratos e conciliações bancários apresentados; **3) aplicar multa de 10%** (dez por cento) aos Senhores **Sérgio Yoshio Nakamura** e **Francisco Anastácio Cesário Braga**, já qualificados anteriormente, sobre o valor a ser devolvido, **atualizado** monetariamente, acrescido de **juros de mora devidos**, com fulcro no art. 88 da LCE nº 38/93, a ser recolhida em favor do Tesouro Estadual, no **prazo de trinta dias**, a contar da notificação desta decisão, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; e **4) cientificar** o atual presidente do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre – DERACRE, para conhecimento do apurado e para que adote providências administrativas para corrigir as impropriedades e deficiências verificadas, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.-.-.-.-.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 08 de agosto de 2013

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/ACRE